

1 Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2020, às 14h30, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São  
2 Francisco - CBHSF reuniram-se, por meio de videoconferência – plataforma Google Meet com transmissão on line no canal  
3 do CBHSF no Youtube, para participarem da XXIII Plenária Extraordinária do CBHSF. **Participaram os seguintes membros**  
4 **titulares:** Nelson Cunha Guimarães, COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais; Evanildo Pereira de Lima,  
5 Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA; João Raphael Silva de Queiroz, Companhia Pernambucana de  
6 Saneamento - COMPESA; Valeska Cavalcante da Costa, Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL (YouTube); João  
7 Carlos de Melo, Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM; Deivid Lucas de Oliveira, Federação das Indústrias do Estado de  
8 Minas Gerais - FIEMG; Jadir Silva de Oliveira, Associação das Indústrias Sucreenergéticas do Estado de Minas Gerais; Junich  
9 Tani - Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE; Adson Roberto Ribeiro, Associação da Bacia do São  
10 Pedro; Guilherme da Silva Oliveira, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; Ednaldo de  
11 Castro Campos, Associação dos Fruticultores da Adutora da Fonte - AFAF; Anselmo Barbosa Caires, Associação dos  
12 Condutores de Visitantes do Morro do Chapéu; José Maciel Nunes de Oliveira, Federação dos Pescadores do Estado de  
13 Alagoas - FEPEAL; Renato Junio Constâncio, Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG; Altino Rodrigues Neto,  
14 Instituto Opará; José Valter Alves - Associação Comunitária de Estiva II; Ronald de Carvalho Guerra – Instituto Guaicuy;  
15 Johann Gnadlinger - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA; Anivaldo de Miranda Pinto - Instituto  
16 Ecoengenharia; Rosa Cecília Lima Santos, Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio Ambiente - OSCATMA;  
17 Almacks Luiz Silva, Consórcio de Desenvolvimento Sustentável de Diamantina; Márcio Tadeu Pedrosa, Associação  
18 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES/MG; Yvonilde Dantas Pinto Medeiros, Universidade Federal da Bahia  
19 - UFBA; Melchior Carlos do Nascimento – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – ACREAL/AL;  
20 Honey Gama Oliveira, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SE; Manoel Uilton dos Santos, Tuxá - Rodelas; Lessandro  
21 Gabriel da Costa, Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata/MG; João Pedro da Silva Neto, Prefeitura Municipal de  
22 Juazeiro/BA; Gustavo Antônio Carneiro – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal -  
23 ADASA/DF; Suzana Maria Gico Lima Montenegro – Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC; Pedro Lucas Cosmo  
24 de Brito, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas – SEMARH/AL; Ailton Francisco da Rocha, Secretaria  
25 de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade de Sergipe – SEDURBS; João Ricardo Raiser, Secretaria de Meio  
26 Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás – SEMARH; Wilson Rodrigues de Melo Junior - Ministério do Desenvolvimento  
27 Regional – MDR; Rachel Landgraf de Siqueira, Ministério do Meio Ambiente – MMA; Marlian Leão de Oliveira, Ministério  
28 de Minas e Energia – MME. **Participaram os seguintes membros suplentes:** Elane Pereira Gomes, Companhia de  
29 Saneamento de Alagoas – CASAL; Heráclito Oliveira de Azevedo, Distrito de Irrigação do projeto Cotinguiba/Pindoba –  
30 DICOP (no exercício da titularidade); Carlos Vanderlei Leite Pinheiro, Rota das Águas Velho Chico (no exercício da  
31 titularidade); William Bertozzi Dornas, Náutico Clube Três Marias (no exercício da titularidade); Sonáli Cavalcanti Oliveira,  
32 Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF (no exercício da titularidade); Abelardo Antônio de Assunção  
33 Montenegro, Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE; Luiz Roberto Porto Farias, Ordem dos Advogados do  
34 Brasil/Alagoas – OAB/AL; Cláudio Pereira da Silva, Comunidades Quilombolas (no exercício da titularidade); Breno  
35 Henrique da Silva Ramos, Prefeitura Municipal de Pompéu/MG (no exercício da titularidade); Manoel Silvestre de Araújo,  
36 Prefeitura Municipal de Terra Nova/PE (no exercício da titularidade); Marcelo Fonseca por Marília Carvalho de Melo –  
37 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, SEMAD/MG (no exercício da titularidade); Larissa  
38 Cayres de Souza, Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia- SEMA/BA (no exercício da titularidade); Pedro de  
39 Araújo Lessa, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade de Sergipe – SEDURBS; Athadeu  
40 Ferreira da Silva, CODEVASF. **Justificaram a ausência:** Sílvia Freedman Ruas Durães - Consórcio e Associações dos  
41 Municípios do Lago de Três Marias – COMLAGO. **Participaram também:** Manoel Vieira, Ohany Vasconcelos, Thiago  
42 Campos, Rúbia Mansur e Célia Fróes, Agência Peixe Vivo; Luiza Baggio, Rodrigo Angelis, Paulo Vilela e Mariana Martins –  
43 Comunicação CBHSF (Tanto Expresso); Flávia Simões Rodrigues, Humberto Gonçalves e Volney Zanardi – Agência Nacional  
44 de Águas e Saneamento Básico (ANA); Alberto Fonseca - Ministério Público Alagoas (YouTube). Para iniciar a reunião,  
45 Rúbia Mansur, gerente de integração da Agência Peixe Vivo, agradece a presença de todos e apresenta as orientações  
46 gerais de como funcionará a primeira reunião Plenária virtual do CBHSF. Em seguida, fala que esta reunião está sendo  
47 gravada e caso algum membro não queira ter sua imagem gravada para que este desative a câmera. Além disso, explica  
48 como funcionará a votação das deliberações em pauta, sendo que o presidente Sr. Anivaldo Miranda fará a leitura e  
49 contextualização das deliberações e o vice-presidente, Sr. José Maciel Oliveira, irá conduzir as votações. As votações  
50 funcionarão da seguinte maneira, o membro que estiver de acordo ficará como está e os membros contrários e

51 abstenções terão que se manifestar. Comenta ainda que os membros suplentes e convidados estão assistindo a reunião  
52 via YouTube por uma questão de ordem, por se tratar da primeira reunião on line. Em seguida, faz a leitura da lista de  
53 presentes e solicita que, caso não tenha citado algum nome de membro presente, este se manifeste. Na sequência,  
54 Anivaldo Miranda declara aberta a XXIII Plenária Extraordinária do CBHSF e comenta que, como de praxe, fará o balanço  
55 das ações do comitê no ano de 2020. Este comenta que o ano de 2020 foi um ano atípico e que mesmo com as  
56 dificuldades o CBHSF aprendeu com a situação pandêmica iniciada em março, quando as autoridades de saúde  
57 decretaram estado de emergência pública devido à pandemia da Covid-19. Diante dessa situação, o comitê estabeleceu,  
58 através de sua Diretoria Colegiada, que iria seguir estritamente as recomendações das autoridades de saúde. Além disso,  
59 em conjunto com a Agência Peixe Vivo, o CBHSF tomou decisões para se adequar às limitações da pandemia, como por  
60 exemplo, suspensão de todas as reuniões presenciais com o intuito de preservar a saúde dos membros e envolvidos e  
61 cumprir com o distanciamento social. Explana que vários procedimentos, relativos aos contratos e compromissos, tiveram  
62 que ser ajustados pela entidade delegatária, braço executivo do comitê. Quanto aos contratos, alguns tiveram que ser  
63 suspensos, outros interrompidos, devido às incertezas da situação. Entretanto, levou-se em consideração os interesses do  
64 comitê, da entidade delegatária e dos contratados, como por exemplo, o contrato referente ao Processo Eleitoral, que  
65 estava em fase inicial de mobilização e que foi suspenso no primeiro momento até que o Conselho Nacional de Recursos  
66 Hídricos - CNRH sinalizasse a melhor forma de prosseguir. Nesse sentido, o CBHSF articulou com a Agência Nacional de  
67 Águas e Saneamento Básico – ANA e CNRH para que os processos de renovação dos mandatos dos membros fossem  
68 postergados. Na sequência, o CNRH, através da Resolução nº 213 de 25 de agosto de 2020, decidiu autorizar a  
69 prorrogação do prazo de vigência do mandato dos membros dos comitês de bacias hidrográficas de domínio da União, o  
70 que culminou com a prorrogação da suspensão do contrato de mobilização do processo eleitoral até que o mesmo  
71 pudesse ser retomado. Além disso, a resolução solicitou que os comitês enviassem para o CNRH um novo calendário do  
72 processo eleitoral até o dia 05 de novembro de 2020. Em seguida, Anivaldo Miranda comenta sobre o novo contrato de  
73 gestão, firmado entre ANA, Agência Peixe Vivo e CBHSF, e mesmo com o calendário apertado foi possível debater as  
74 questões relacionadas ao contrato e suas novas cláusulas com o apoio da Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL, da  
75 Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos – CTPPP, do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão – GACG  
76 e equipe da APV. Ainda com a palavra, Anivaldo Miranda comenta sobre os trabalhos realizados em relação ao Plano de  
77 Aplicação Plurianual – PAP 2021/2025, nova concepção que está sendo padronizado para todos os comitês federais. Além  
78 disso, o Plano Orçamentário Anual – POA também foi tema de discussão, nova modelagem de aplicação dos recursos que  
79 o CBHSF terá que adotar. Em seguida, fala que os projetos do comitê não pararam, e cita exemplos como, o sistema  
80 integrado de informações da bacia hidrográfica do rio São Francisco que será entregue no início do ano de 2021 e  
81 posteriormente integrará os sistemas estaduais de informação – SIGA SF; entregas dos Planos Municipais de Saneamento  
82 Básico, mais de 100 PMSBs entregues aos municípios da bacia e outros em elaboração; foi dado prosseguimento aos  
83 projetos de recuperação hidroambiental, como as fossas agroecológicas em Penedo/AL; entrega do sistema de  
84 abastecimento de água do município de Pirapora/MG; o projeto de comportas na bacia do rio Paramirim; o projeto em  
85 conjunto com a CEMIG para salvar as lagoas marginais à jusante de Três Marias; dentre outros. Completa dizendo que o  
86 CBHSF está administrando dois conflitos pelo uso da água, um na região da foz do rio São Francisco devido à intrusão  
87 salina e outro na região de Barreiras/BA. Na sequência, Anivaldo Miranda comenta sobre a participação do CBHSF na sala  
88 de situação da ANA e a importância do momento de debates sobre crise hídrica, que atualmente é tido como modelo  
89 internacional. Diz que após discussões e debates dentro da sala de situação a ANA regulamentou novas normas de  
90 operação dos reservatórios, dentro de suas competências através de resoluções. Por fim, explana sobre a representação  
91 dos comitês federais no CNRH, exercida por ele, e sobre as indicações para os representantes das Câmaras Técnicas do  
92 CNRH. Além disso, Anivaldo Miranda relembra que o Festival de cinema de Penedo está ocorrendo naquele momento, a II  
93 Expedição do Baixo São Francisco está programada para ocorrer nos dias 30 de novembro a 10 de dezembro e o III  
94 Simpósio da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco programado para meados de dezembro de forma 100% online, são  
95 exemplos de eventos patrocinados pelo CBHSF no ano de 2020. Diz ainda que vários Termos de cooperação foram  
96 assinados com o estado de Minas Gerais, Bahia, Alagoas e Pernambuco em andamento nos trâmites de elaboração das  
97 minutas do termo de cooperação. Fala que está trabalhando em conjunto com a SEMAD e o IGAM, no estado de Minas  
98 Gerais, na execução do enquadramento do Alto São Francisco, das nascentes até a represa de Três Marias, projeto que faz  
99 parte do pacto gerencial de incluir os rios afluentes no enquadramento, não apenas a calha principal do rio São Francisco.  
100 Além disso, o CBHSF tem um projeto em andamento na Bahia, na bacia do rio Corrente onde são registrados os maiores  
101 conflitos da bacia, está sendo elaborado o cadastramento dos usuários para viabilizar a construção de sistemas mais

102 sólidos de cobrança e monitoramento. No estado de Alagoas estão sendo realizados 3 projetos, o modelo do canal do  
103 sertão, projeto para capacitação de irrigantes, mobilização do primeiro grande comitê de rios perenes. Ao final, Anivaldo  
104 Miranda completa dizendo que esse é o trabalho realizado pelo comitê durante a pandemia. Na sequência, Rúbia Mansur,  
105 gerente de integração, aborda sobre os informes e inicia comentando sobre o questionário do Indicador 5 do Contrato de  
106 Gestão vigente. Diz que devido à pandemia, a Agência Peixe Vivo enviará apenas o link de acesso ao questionário para que  
107 os membros respondam de forma online. Além disso, informa que na terceira semana de dezembro, mais precisamente  
108 no dia 17 de dezembro, irá ocorrer a Reunião Plenária Ordinária do CBHSF. Em seguida, passa a palavra para o vice-  
109 presidente José Maciel para dar continuidade aos informes. Com a palavra, José Maciel dá boa tarde a todos e comenta  
110 sobre a suspensão do processo eleitoral devido à pandemia vivenciada no País e no mundo. Além disso, informa que o  
111 mandato dos membros do CBHSF foi prorrogado por mais um ano e em janeiro de 2021 será retomado o processo,  
112 quando será lançada a resolução que trata sobre os critérios e procedimentos do Processo Eleitoral do CBHSF e sobre o  
113 edital do processo, que será voltado para a mobilização social de forma virtual, recebimento de documentação de forma  
114 online, adaptando-o às limitações da pandemia da Covid-19. As Plenárias eleitorais deverão ser mantidas,  
115 preferencialmente, no formato presencial. E ainda comenta que no momento a principal preocupação é com a saúde de  
116 todos, mantendo as atividades do comitê e a segurança dos membros. Em seguida, passa a palavra para o coordenador da  
117 CCR Alto SF, Altino Rodrigues, para explanar sobre a série de seminários sobre a UHE Formoso. Com a palavra, Altino  
118 Rodrigues comenta que os seminários sobre a UHE Formoso vêm sendo discutidos e divulgados amplamente nos meios de  
119 comunicação do CBHSF. Para Altino Rodrigues, o comitê está fazendo seu papel em focar e divulgar informações sobre a  
120 UHE Formoso através dos seminários, Seminário I abordou sobre a Biodiversidade e os impactos do empreendimento, já o  
121 Seminário II sobre as Comunidades e os impactos sociais e econômicos, e o Seminário III sobre Geração de energia e usos  
122 múltiplos. Segundo o coordenador da CCR Alto SF, os demais debates estão previstos para 2021 com foco nas questões  
123 legais e econômicas da UHE Formoso e o objetivo do CBHSF é abordar o Pacto das Águas dentro dessa linha de trabalho.  
124 Comenta ainda que a participação tem sido excepcional com manifestação de órgãos públicos, ministério público,  
125 universidades e sociedade civil e a intenção é elaborar um documento ao final dos debates com a perspectiva do comitê.  
126 Por fim, convida a todos a participarem das próximas edições dos seminários da UHE Formoso. Em seguida, Rubia Mansur  
127 agradece a fala de Altino Rodrigues, comenta que todos os informes foram abordados e solicita a projeção da minuta da  
128 ata da XXXVIII Reunião Plenária Ordinária do CBHSF, que ocorreu nos dias 03 e 04 de setembro de 2020. Diz que recebeu  
129 as sugestões da Sonáli Cavalcanti Oliveira, representante da CHESF através do e-mail, e do Gustavo Carneiro,  
130 representante da ADASA/DF através do chat da reunião. Na sequência, Rúbia Mansur passa a palavra para José Maciel  
131 conduzir a aprovação da ata. Com a palavra, José Maciel agradece as contribuições e que as mesmas já foram acrescidas  
132 no documento. Em seguida, José Maciel coloca a minuta da ata em votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. Na  
133 sequência, Rubia Mansur faz a leitura do próximo ponto de pauta, referente à homologação do novo coordenador da  
134 Câmara Consultiva Regional do Alto São Francisco – CCR Alto SF. Com a palavra, José Maciel comenta que Adson Ribeiro  
135 tinha se comprometido a ocupar o cargo de coordenador da CCR Alto SF até o final do mandato, setembro de 2020.  
136 Entretanto, com a alteração do processo eleitoral e prorrogação do mandato por mais um ano, Adson Ribeiro solicitou  
137 retirada do cargo por motivos pessoais e profissionais. Nesse sentido, o secretário Altino Rodrigues foi eleito coordenador  
138 da Câmara Consultiva Regional do Alto São Francisco. No entanto, de acordo com o Regimento Interno do CBHSF, a  
139 homologação do cargo de coordenador deve ser levada ao Plenário do comitê. Em seguida, José Maciel agradece e  
140 parabeniza o trabalho de Adson Ribeiro na coordenação da CCR Alto SF e membro da DIREC e passa a palavra para Adson.  
141 Com a palavra, Adson Ribeiro agradece as palavras do vice-presidente e comenta que foi um trabalho muito gratificante.  
142 Comenta que havia se comprometido a finalizar o mandato, entretanto, devido seus afazeres pessoais e profissionais ele  
143 ficou impossibilitado de dar continuidade. Completa dizendo que o trabalho será continuado, pois ele e Altino Rodrigues  
144 apenas inverteram os cargos, anteriormente ele ocupava o cargo de coordenador e Altino Rodrigues de secretário da CCR  
145 Alto e agora, como decidido em reunião, Altino Rodrigues assume o cargo de coordenador e Adson passa a ser o  
146 secretário da câmara. Por fim, Adson Ribeiro agradece a Diretoria do CBHSF pela acolhida durante seu mandato e aos  
147 membros do CBHSF e da CCR Alto. Na sequência, Altino Rodrigues agradece as palavras de Adson e comenta que  
148 realmente o cargo de coordenador exige muita responsabilidade e dedicação, e acrescenta que o trabalho foi facilitado  
149 pela sintonia entre eles e a CCR Alto. Além disso, Altino Rodrigues informa que o trabalho será continuado, agradece aos  
150 membros pela indicação ao cargo e se coloca à disposição. Em seguida, José Maciel coloca a homologação do cargo ao  
151 plenário do CBHSF, aprovado por unanimidade. Na sequência, Rubia Mansur passa para o próximo ponto de pauta  
152 referente à **Deliberação Ad Referendum CBHSF nº 117/2020**, que dispõe sobre a aprovação da minuta do Contrato de

153 Gestão a ser firmado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, a Agência de Bacia Hidrográfica  
154 Peixe Vivo – Agência Peixe Vivo, indicada para Entidade Delegatária de funções de Agência de Bacia do Rio São Francisco e  
155 o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF. Com a palavra, Anivaldo Miranda contextualiza sobre o  
156 contrato de gestão tripartite que irá expirar e precisa ser renovado. Anivaldo Miranda comenta que foi preciso trabalhar  
157 dentro de um prazo muito curto, como comentado anteriormente e agradece às instâncias do CBHSF, à Agência Peixe Vivo  
158 e aos parceiros da ANA pelo empenho e trabalho desenvolvido. Segundo Anivaldo Miranda, a minuta do documento  
159 sofreu alterações, foram realizadas diversas revisões, a CTIL se debruçou sobre o texto do documento e finalmente o  
160 documento foi apresentado nas CCRs para conhecimento dos membros. Para ele, os termos do novo contrato de gestão  
161 estão pactuados entre CBHSF, APV e ANA, entretanto, ficou apenas um ponto pendente, já reportado à ANA, relacionado  
162 ao papel do CBHSF no Contrato de Gestão. Segundo Anivaldo Miranda, anteriormente, o papel do comitê no contrato de  
163 gestão se dava como anuente e foi uma luta muito grande do CBHSF para convencer nossos parceiros da ANA para alterar  
164 o papel do comitê no contrato de gestão para interveniente. Anivaldo Miranda explana que foi elaborado um estudo do  
165 Tribunal de Contas e foi entregue à ANA a missão de padronizar os novos contratos de gestão, colhendo as experiências  
166 de diversos contratos anteriores, e por isso, a responsabilidade dos membros do comitê aumentou, tanto da DIREC quanto  
167 do Plenário. A nova padronização do contrato de gestão apresentada aprofunda as responsabilidades do comitê, mesmo o  
168 comitê não sendo ordenador de despesas, ficando a cargo da entidade delegatária realizar essa prestação de contas.  
169 Nesse sentido, o questionamento foi em torno do aumento das atribuições, civis e criminais e a alteração do papel de  
170 interveniente para anuente. Já que as responsabilidades aumentaram, nada mais justo do que manter o papel do comitê  
171 como interveniente e não simplesmente anuente, pois o grau de responsabilidade está na razão direta para o grau de  
172 influência. Nesse sentido, completa que essa é a única questão pendente em termos do novo contrato de gestão e a DIREC  
173 encaminhou um ofício para a ANA solicitando esta alteração e passa a palavra para os representantes da ANA para  
174 explicarem a situação. Com a palavra, Almacks Silva, representante do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão  
175 – GACG comenta que também trabalharam na minuta do novo contrato e relembra que em 2017 o GACG trabalhou na  
176 questão do papel do CBHSF, e que se o corpo jurídico da ANA concordou em tornar o comitê interveniente à época  
177 entende-se que é uma atribuição legal e solicita auxílio dos representantes na ANA para que a solicitação do CBHSF em se  
178 manter como interveniente permaneça. Na sequência, Humberto Gonçalves, representante da Agência Nacional de Águas  
179 e Saneamento Básico, agradece a permissão da palavra e explana sobre a situação. Comenta que Anivaldo Miranda  
180 contextualizou perfeitamente a situação da pandemia e os reflexos causados. Reforça que foi feito todo um trabalho para  
181 manter os entes em funcionamento, como por exemplo, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que debateu sobre a  
182 pandemia e atuou de forma concisa nas decisões sobre prorrogação dos mandatos e cobrança pelo uso da água. Assim  
183 como a ANA manteve seus trabalhos, em especial a minuta dos contratos de gestão, que foram redirecionadas a partir de  
184 julho/2020 incluindo Planos de Trabalho, Termos de Referências, minutas de Planos de Aplicação Plurianual, Plano  
185 Orçamentário Anual, com novos mecanismos de controle. Segundo Humberto Gonçalves, a ANA levou estes documentos a  
186 todos os comitês federais e agências de bacia e que foi uma discussão complexa e atualmente alguns contratos já foram  
187 encaminhados ao Ministério de Desenvolvimento Regional – MDR e outros estão nos trâmites finais de discussões. Fala  
188 que o questionamento do CBHSF sobre o papel do comitê no novo contrato de gestão como anuente e não interveniente  
189 foi uma exigência que apareceu no decorrer do processo de discussão da minuta dos novos contratos. Segundo ele, existe  
190 um entendimento, da área jurídica, que a relação contratual não é com o comitê de bacia hidrográfica e sim com a  
191 entidade delegatária, e por isso, não viam sentido de o comitê ser interveniente, como nos contratos anteriores. Para  
192 Humberto Gonçalves, é uma questão jurídica, a ANA notificou o comitê sobre o retorno do setor jurídico e para ele não é  
193 isso que dificulta a relação contratual com a Agência Peixe Vivo, pelo contrário, isso agrega ao processo. Essa  
194 interveniência do comitê foi externalizada em algumas discussões, e o que importa para a ANA é o papel de cada parte, o  
195 que cada um faz dentro desse contrato. Além disso, comenta que a ANA conversou com a Diretoria do CBHSF sobre a  
196 preocupação do comitê se responsabilizar por decisões que caberiam apenas à entidade delegatária, trazendo para si  
197 responsabilidades administrativas, judiciais e penais, que a relação é com a entidade delegatária. Além disso, acrescenta  
198 que a intenção é de preservar o comitê fora desse processo comercial que envolve os recursos públicos da cobrança. A  
199 ANA não padronizou o contrato com o intuito de cercear o papel do comitê no contrato de gestão, pelo contrário, quanto  
200 maior a participação do CBHSF, melhor. Diz ainda que o comitê participa da elaboração do Plano de Aplicação Plurianual –  
201 PAP, que junto com a entidade delegatária, define a forma de aplicação do recurso da cobrança. Completa dizendo que a  
202 ANA tem muita preocupação com a aplicação dos recursos no sistema, que é considerada uma fragilidade, devido à  
203 existência de recurso e a falta de implementação nas bacias. Além disso, Humberto Gonçalves comenta sobre a fragilidade

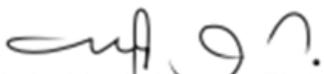
204 do custeio das entidades delegatárias é de conhecimento do órgão gestor, porém, por se tratar de uma lei a ANA busca  
205 formas de contornar essa amarra e possibilitar a execução e o avanço dos projetos, como por exemplo, a edição da  
206 Resolução ANA nº 28 (**Resolução nº 28, de 1º de junho de 2020 –Estabelece procedimentos a serem adotados pelas**  
207 **entidades delegatárias das funções de Agências de Água para a seleção e recrutamento de pessoal, nos termos do art. 9º**  
208 **da Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, e dá outras providências.**) e 29 (**Resolução nº 29, de 15 de junho de 2020 –**  
209 **Dispõe sobre o enquadramento das despesas a ser observado pelas entidades delegatárias das funções de Agências de**  
210 **Água, referentes à aplicação dos valores arrecadados com a cobrança pelos usos de recursos hídricos de domínio da União,**  
211 **no âmbito dos contratos de gestão firmados nos termos da Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004.**) o que concede “um  
212 folego” às entidades. Para Humberto Gonçalves, o papel do órgão gestor e da Superintendência de apoio ao Sistema  
213 Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos é manter a sustentabilidade e robustez do sistema. E caso o CBHSF faça  
214 questão do título interveniente, sugere que o CBHSF declare e escreva suas colocações à ANA e o apontamento será  
215 levado ao setor jurídico para os ajustes necessários para que seja possível concluir e assinar o contrato até o final do ano  
216 de 2020. Por fim, Humberto Gonçalves comenta sobre a importância das demais pautas a serem discutidas pelo comitê,  
217 como o conflito de uso e o pacto das águas, relacionado à gestão política dos recursos hídricos, muito bem realizada pelo  
218 CBHSF. Na sequência, passa a palavra para o Sr. Volney Zanardi, atual Superintendente Adjunto. Com a palavra, Volney  
219 Zanardi cumprimenta os demais presentes na reunião e contextualiza sobre a discussão dos novos contratos de gestão.  
220 Segundo ele um ciclo se fecha, não apenas com essas novas normatizações de prestação de contas, contratação de  
221 serviços, gestão patrimonial, enquadramento de despesas e seleção de pessoal, como inicia uma nova etapa, com novos  
222 indicadores que irão auxiliar o comitê a avaliar e acompanhar o desempenho do Contrato de Gestão. Agora, os  
223 indicadores estão referenciados não só à arrecadação, mas também, ao estoque de recursos, pois muitas bacias possuem  
224 um estoque de recursos e agora este ponto entra no planejamento. Por fim, Volney Zanardi comenta que o novo modelo  
225 de Plano de Aplicação Plurianual foi uma exigência do Tribunal de Contas da União e implicará na qualidade de gestão e  
226 uso dos instrumentos disponíveis. Diz que o novo ciclo do contrato de gestão, de 2021 a 2025, terão muitos avanços na  
227 governança e implementação das ações no âmbito do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Em seguida, Humberto  
228 Gonçalves faz suas considerações finais e comenta que irá averiguar sobre a manifestação formal do comitê sobre o papel  
229 de interveniente no contrato de gestão com a área jurídica da ANA, já que foi informado que o CBHSF já encaminhou o  
230 ofício. Fala que caso permaneçam questionamentos do setor jurídico quanto a este ponto, ele fará o esclarecimento  
231 deixando claro que a área de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos não tem nenhuma  
232 dificuldade quanto ao termo. Na sequência, Rúbia Mansur comenta que a Agência Peixe Vivo apresentou a minuta da  
233 Deliberação *ad referendum* nº 117/2020 (aprovação do Contrato de Gestão) em todas as Câmaras Consultivas Regionais  
234 do comitê e reitera que a Agência Peixe Vivo encaminhou via e-protocolo da ANA o ofício com a requisição do termo como  
235 solicitação do CBHSF e acrescenta que irá reenviar via e-mail o referido ofício. Com a palavra, Anivaldo Miranda comenta  
236 que o ponto já foi discutido internamente no comitê e que a diretoria Colegiada do CBHSF encaminha para aprovação a  
237 minuta que contém o comitê como interveniente do Contrato de Gestão. Segundo Anivaldo Miranda, o CBHSF  
238 encaminhou o ofício a Humberto Gonçalves, que já sinalizou que é razoável a solicitação do comitê e irá debater  
239 internamente com o setor jurídico da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Por fim, Anivaldo Miranda explana  
240 que nada disso será impeditivo para que o contrato esteja assinado antes do final do ano e que a deliberação foi aprovada  
241 como *ad referendum* devido ao prazo, entretanto, reforça que o documento foi discutido nas CCRs. Na sequência, José  
242 Maciel coloca em votação a aprovação da Deliberação *ad referendum* nº 117/2020, aprovada por unanimidade. Em  
243 seguida, passa para o próximo ponto de pauta sobre a Deliberação CBHSF nº 118/2020, que aprova o Modelo Conceitual  
244 para Construção Participativa do Pacto pelas Águas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – BHSF. Com a palavra, José  
245 Maciel contextualiza sobre a discussão da referida deliberação e solicita projeção do cronograma que ilustra as discussões  
246 sobre o modelo conceitual do Pacto das Águas. Ele comenta que no final de 2018 foi solicitada a contratação de uma  
247 consultoria para desenvolver o modelo conceitual, no início de 2019 ocorreu a contratação do consultor, que apresentou  
248 o trabalho desenvolvido na Plenária de dezembro de 2019. Em 2020, a DIREC solicitou que o modelo fosse apresentado  
249 em todas as instâncias do CBHSF e em seguida, as câmaras técnicas e CCRs encaminhassem suas contribuições para o  
250 documento e após contribuições, o documento foi apresentado novamente nas Câmaras Consultivas Regionais. Na  
251 sequência, Anivaldo Miranda contextualiza sobre o Pacto das Águas e comenta que ao final de sua fala irá apresentar o  
252 ofício encaminhado pela Câmara Consultiva Regional do Alto SF, sobre o ponto de pauta em questão. O presidente do  
253 CBHSF diz que a ideia do Pacto das Águas tem sido exaustivamente discutida dentro do comitê, muito antes de 2019, e  
254 explica que o motivo da discussão sobre essa temática se deu inicialmente devido reclamações sobre os Planos de

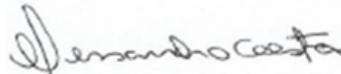
255 Recursos Hídricos das bacias hidrográficas (PRH), pois eles são elaborados, pagos e muitas vezes não são implementados.  
256 Entretanto, tais discussões levaram à busca por planos de bacias mais operativos, tanto os PRHs estaduais, quanto os  
257 federais. Segundo Anivaldo Miranda, não adianta ter o melhor plano de bacia se não tiver o suporte institucional que  
258 permitirá que os objetivos e metas do plano sejam implementados. E foi com esse intuito que o Pacto das Águas foi  
259 criado, independente do nome dado, a intenção é a criação de mecanismos que auxiliem a implantação do Plano de  
260 Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Visto que, é inviável pensar que os recursos da cobrança da  
261 BHSF serão implementados espontaneamente, recurso este que totaliza mais de 30 bilhões num horizonte de 5 anos.  
262 Segundo Anivaldo Miranda, infelizmente, em cima da hora, começaram a chegar muitos questionamentos, como por  
263 exemplo, sobre os órgãos gestores terem sido deixados de lado na construção do conceito. Explana que esta deliberação é  
264 apenas a primeira de muitas e aborda apenas o modelo conceitual do Pacto das Águas e acrescenta que esta proposição  
265 não está relacionada a interesses de nenhuma região fisiográfica ou pessoal, pois foi elaborada por consultor contratado.  
266 Além disso, comenta que dentre os objetivos apresentados na deliberação, não existe hierarquia, é apenas uma listagem  
267 para embasar uma futura deliberação que aborde mais a fundo essas questões. Lembra que o Pacto das Águas já foi  
268 iniciado, há mais de quatro anos, quando a Diretoria colegiada do CBHSF procurou o governo da Bahia para debater sobre  
269 a necessidade de construção do Pacto das Águas da bacia, e este foi o primeiro estado a ser contatado devido aos diversos  
270 conflitos pelo uso da água. Comenta que o segundo estado que o comitê apresentou a ideia foi o estado de Minas Gerais,  
271 que como resultado assinou um termo de cooperação em que se colocava que tal acordo já fazia parte do Pacto das  
272 Águas. Diz ainda que o maior acordo que já faz parte do Pacto das Águas até agora, é o enquadramento das nascentes até  
273 Três Marias e a intenção é realizar o enquadramento no alto, médio, submédio e baixo rio São Francisco, dentre outros  
274 projetos que estão sendo realizados em conjunto com os órgãos gestores estaduais. Em seguida, Anivaldo Miranda  
275 comenta que o Pacto não é nenhuma conspiração, pois o CBHSF já fez isso antes, por exemplo, a elaboração, aprovação e  
276 encaminhamento do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco também foi feito nesses  
277 moldes do cronograma de discussão do Pacto das Águas, discutido em todas as instâncias do comitê. Assim como a  
278 atualização dos valores da cobrança, processo democrático e muito mais polêmico do que o Pacto das Águas. Por fim,  
279 comenta sobre os pontos que foram questionados e reafirma que os órgãos gestores não foram deixados de lado, pois o  
280 comitê ainda não está tratando sobre o detalhamento do encaminhamento do Pacto das Águas e sim seu conceito e  
281 objetivos. Reforça que os órgãos gestores já fazem parte do CBHSF e discutiram sobre o Pacto dentro da CTAI – Câmara  
282 Técnica de Articulação Institucional. Além disso, Anivaldo Miranda lembra que o objetivo de construir o Pacto das Águas  
283 é nivelar a gestão dos estados da bacia. Em seguida, comenta sobre o ofício enviado pela Câmara Consultiva Regional do  
284 Alto SF que solicitou a retirada deste ponto de pauta da reunião plenária extraordinária e criação de um grupo de  
285 trabalho, com representantes das CCRs e dos órgãos gestores para debater sobre o tema. Segundo o presidente não há  
286 especificações sobre a retirada de pontos de pauta no Regimento Interno do CBHSF, nesse sentido, em casos omissos o  
287 plenário é soberano para decidir. Neste sentido, sugere a manutenção do ponto de pauta, pois assim como as outras CCRs  
288 a CCR Alto SF teve a oportunidade de discutir sobre o tema. Em seguida, Almacks Silva diz que a pauta foi construída pela  
289 DIREC, em reunião, e o coordenador interino da CCR Alto participou da construção da pauta e não manifestou sobre a  
290 retirada desse ponto. Além disso, solicita o entendimento da CCR Alto SF sobre a deliberação, pois ela não se trata da  
291 aprovação do pacto, este será construído em conjunto com os Estados da bacia e ANA. Na sequência, José Maciel sugere  
292 que Altino Rodrigues, coordenador da CCR Alto SF se manifeste antes dos demais para que seja possível decidir sobre o  
293 ponto de pauta. Com a palavra, Altino Rodrigues comenta que acompanhou a proposta do Pacto das Águas desde o início  
294 e que sua opinião enquanto representante do Instituto Opará, o comitê deve debater sobre o ponto de pauta. Explana  
295 que fez alguns levantamentos sobre os pontos que a CCR Alto achou obscuro, o primeiro deles é o atrelamento ao Plano  
296 Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, limitado a 2025. Para ele, deveria incluir as  
297 possíveis atualizações que o Plano sofrerá. Outra questão é quanto ao estado de Minas Gerais que avançou na gestão de  
298 recursos hídricos e a busca por esse nivelamento, e como proposta, a CCR Alto sugere o nivelamento de todos os  
299 instrumentos de gestão em todos os estados da bacia. Além disso, outro ponto abordado pela CCR Alto está relacionado à  
300 revitalização e como pactuar uma água que ainda não temos e a cada dia está mais escassa. E por fim, o pacto de vazão de  
301 entrega onde o primeiro ponto seria a articulação política. Para Altino Rodrigues, não tem como avançar sem debater com  
302 os órgãos gestores MDR e ANA, o que ainda não foi discutido e deveria ser discutido antes de prosseguir. Segundo Altino  
303 Rodrigues, a proposta da CCR Alto de criação do GT é exatamente para isso, iniciar as discussões em conjunto, pois a CCR  
304 Alto entende a importância do Pacto das Águas e sabe que é hora de enfrentar os desafios que foram impostos, como  
305 citado por Anivaldo Miranda, mas também entende que é preciso enfrentar a discussão. Por fim, comenta que não pode

306 retirar a solicitação da CCR Alto SF, pois ele é apenas um representante do grupo e isso ficou decidido em reunião e sugere  
307 que caso os membros da CCR Alto, presentes na reunião, optem pela retirada de pauta que os mesmos se manifestem  
308 para dar prosseguimento. Na sequência, José Maciel pergunta se mais algum membro da CCR Alto SF gostaria de se  
309 manifestar, e lê o comentário de Márcio Pedrosa, membro da CCR Alto, que se coloca a favor do cancelamento da  
310 demanda da câmara. Com a palavra, Deivid Oliveira, representante da FIEMG, agradece a compreensão do presidente  
311 Anivaldo Miranda quanto ao receio da CCR Alto SF e à situação da bacia hidrográfica do rio São Francisco e suas diferenças  
312 em relação à aplicação e implementação dos instrumentos de gestão nos diferentes estados da bacia. Diz que o estado de  
313 Minas Gerais já possui uma vazão mais restritiva, propostas de enquadramento, cobrança implementada em alguns  
314 afluentes do rio São Francisco e logo será implementada em todo o estado, ou seja, o estado já está bem avançado na  
315 aplicação desses instrumentos. Para Deivid Oliveira, quando se trata de Pacto das Águas, o rio São Francisco fez sua parte  
316 na integração dos estados, entretanto, a questão mais espinhosa é a vazão de entrega, e este é o maior receio da câmara.  
317 Segundo Deivid Oliveira, o plenário pode construir uma proposta com estes apontamentos, entretanto, discorda da fala de  
318 Almacks Silva, ao dizer que a proposta da CCR Alto SF foi colocada de forma intempestiva, pois, em reunião da câmara  
319 para apreciar a proposta de deliberação referente ao Pacto das Águas, a CCR Alto SF entendeu que a proposta deveria ser  
320 discutida de forma mais ampla. Além disso, comenta que, particularmente, ele discutiu sobre o Pacto das Águas na CTOC,  
321 como coordenador da câmara técnica, e na CCR Alto SF. Entretanto, solicita mais respeito dos membros quanto à  
322 colocação da Câmara Consultiva Regional do Alto São Francisco, pois o Plenário do CBHSF é formado por diversas  
323 instituições e sempre existirão opiniões divergentes que poderão ser discutidas, para assim, chegarem num acordo. Em  
324 seguida, José Maciel reforça e solicita que os membros escutem e respeitem as opiniões divergentes do plenário e  
325 prossegue com os inscritos da CCR Alto que solicitaram a palavra. Com a palavra, Marcelo Fonseca, representante do  
326 IGAM, parabeniza o comitê pela iniciativa de discussão para construção de um pacto das águas que é a única forma que se  
327 tem para nivelar e integrar todas as políticas de recursos hídricos da união e dos estados da bacia hidrográfica. Segundo  
328 Marcelo Fonseca, o Pacto das Águas deve avançar, mas alguns pontos, como relatado por Altino Rodrigues e Deivid  
329 Oliveira, preocupam a CCR Alto SF. Para ele, a concepção do Pacto das Águas é muito clara, mas a forma como está escrita  
330 deixa alguns pontos de divergência, por exemplo, o artigo 3º da proposta coloca que o “acordo deve seguir os seguintes  
331 aspectos” não é colocado sobre a ordem de prioridades e é este ponto que preocupa a região do Alto São Francisco.  
332 Marcelo Fonseca comenta que não é possível discutir sobre vazão de entrega sem ter abordado todos os outros assuntos  
333 e nivelado as informações. Sugere que sejam postas diretrizes de onde iniciar o pacto, essa foi a proposta da CCR Alto SF,  
334 deixar mais claro dentro da deliberação que terão outras normativas sobre o Pacto das Águas. Na sequência, José Maciel  
335 comenta que a fala de Marcelo Fonseca esclareceu bastante a proposta da CCR Alto e sugere que se abra o debate para  
336 discussões sobre a deliberação e após as falas e contribuições se abra a votação. Em seguida, José Maciel passa a palavra  
337 aos inscritos no chat. Com a palavra, Wilson Júnior, representante do MDR, comenta que é interessante o plenário  
338 aproveitar o momento e exaurir sobre o ponto de pauta, já que esta não está tão extensa. Além disso, comenta que esta  
339 deliberação é o primeiro passo de uma grande discussão, que o MDR participou de algumas discussões sobre o ponto e  
340 acrescenta que o Ministério de Desenvolvimento Regional quer estar mais presente nas Câmaras Técnicas do CBHSF.  
341 Segundo Wilson Júnior, a ideia levada pela CCR Alto SF de criação de um Grupo técnico específico para esta discussão é  
342 interessante e sugere que seja incorporado na deliberação, por meio de emenda, uma fala de Anivaldo Miranda, que os  
343 mecanismos serão tratados em forma de deliberação. Em seguida, Rubia Mansur esclarece e comenta que a Agência Peixe  
344 Vivo recebeu contribuições para a proposta da CCR Baixo SF e do Instituto Opará, que já estão incorporados na minuta em  
345 destaque. Na sequência, Yvonilde Medeiros comenta que o Pacto das Águas foi um dos assuntos tratados pela CTPPP e foi  
346 formado um grupo de trabalho que era para tratar exatamente sobre alocação de água, pacto das águas e vazões de  
347 entrega. E na época, a intenção era que a ANA e o presidente do CBHSF coordenassem o grupo de trabalho, por se tratar  
348 de um assunto político muito delicado. Diz ainda que o Pacto das Águas foi um assunto tratado nas discussões sobre o  
349 Plano de Recursos Hídricos da bacia e reforça o quanto o assunto sobre vazão de entrega é complicado e de difícil  
350 discussão. Segundo Yvonilde Medeiros, a proposta foi buscar um consultor para desenvolver um modelo conceitual, não  
351 se tem nada fechado ainda, tal modelo conceitual está prevista a discussão e engloba enquadramento, vazão de entrega,  
352 órgãos gestores, comitê e dá margem para discussões. Para ela, o assunto foi apenas retomado à discussão que se iniciou  
353 em 2004, é um dos assuntos mais importantes do CBHSF e acredita que todos estão abertos à discussão e contribuições  
354 para que o pacto seja aprovado. Além disso, concorda com as colocações anteriores, de Deivid Oliveira, Altino Rodrigues e  
355 Marcelo Fonseca, acredita que novas contribuições irão surgir, mas reforça que o ponto importante naquele momento é  
356 dar o passo histórico de início das discussões, pois o Pacto das Águas é um acordo que demanda tempo para ser

357 implantado e será firmado apenas quando todos os pontos colocados estiverem descritos. Em seguida, Johann Gnadlinger  
358 explana sobre a importância do assunto pautado e comenta que existem acordos injustos que definem a quantidade por  
359 questões de tempo, quem chegou primeiro no território tem direito a ter mais água, como por exemplo, no rio do  
360 Colorado (EUA) e no rio Jordão. Segundo Johann Gnadlinger, o comitê da bacia hidrográfica do rio São Francisco tem a  
361 oportunidade de construir um pacto justo, como no rio Murray Darling na Austrália, onde se construiu um pacto dinâmico  
362 que leva em consideração a intermitência do rio e a quantidade disponível através de um coeficiente relacionado à  
363 quantidade de chuva que caiu na bacia. Para ele, o pacto é algo contínuo que será aprovado o modelo conceitual e  
364 continuado com os mecanismos de implantação. Na sequência, Sonáli Cavalcanti Oliveira comenta que sua percepção foi  
365 contemplada com a fala da professora Yvonilde Medeiros e acrescenta que a deliberação que está sendo discutida é  
366 apenas um modelo conceitual que traz diretrizes para o Pacto das Águas, no entanto, não define como será o Pacto em si,  
367 ela apenas norteia a discussão sobre o pacto. Além disso propõe que caso a CCR Alto SF tenha sugestões de texto que  
368 essas sejam colocadas devido ao avançar da hora. Em seguida, Adson Ribeiro reforça que os membros do Alto SF não são  
369 contra o Pacto das Águas, e como usuário de irrigação, já fez parte de um pacto estadual devido à escassez e quantidade  
370 de água na região. Segundo Adson Ribeiro, para que os usuários de sua região chegassem a um acordo de vazão para cada  
371 um dos usuários da bacia, foram feitas diversas discussões e vários pontos foram nivelados antes que se chegasse a um  
372 acordo. E por isso, afirma ser importante o Pacto das Águas ter um direcionamento e participação de todos. Em seguida,  
373 José Maciel comenta que a ideia é exatamente essa, que os membros contribuam para a melhoria da redação da  
374 deliberação. Na sequência, Suzana Montenegro comenta que todos estão tendo o mesmo entendimento, a garantia de  
375 que o Pacto das Águas será efetivo e sugere que as melhorias no texto sejam feitas. Em seguida, Anivaldo Miranda solicita  
376 que seja feito o encaminhamento, comenta após as falas ficou entendido que a solicitação de cancelamento da pauta foi  
377 suspensa a partir do momento que o texto da deliberação seja melhorado e sugere que a minuta da deliberação sobre o  
378 Pacto das Águas com o conceito geral seja aprovada e em seguida discutida as contribuições e melhorias devido ao  
379 avançar da hora. Além disso, Anivaldo Miranda sugere que os membros que não enviaram emendas concretas o façam  
380 dentro de 5 dias e encaminhem para a Agência Peixe Vivo, e no dia 17 de dezembro seja apreciado, após a aprovação do  
381 PAP e POA, as possíveis contribuições apresentadas. Propõe a inclusão do seguinte texto “A Diretoria Colegiada do CBHSF,  
382 ouvido a CTAI e CTIL, elaborará para apreciação na primeira reunião plenária ordinária de 2021 uma deliberação  
383 normativa que detalhará os mecanismos, a forma de tramitação e as primeiras ações, através das quais o Pacto das Águas  
384 será construído” assegurando os pontos discutidos anteriormente. Em seguida, Yvonilde Medeiros solicita que Anivaldo  
385 inclua a CTPPP por se tratar de uma câmara técnica que discute sobre o plano. Na sequência, Rubia Mansur recapitula os  
386 encaminhamentos dados, pautar a discussão das emendas sobre o Pacto das Águas na próxima reunião Plenária Ordinária  
387 de dezembro. Na sequência, Anivaldo Miranda propõe que seja colocada em votação a aprovação da minuta de  
388 deliberação do Modelo Conceitual com a ressalva de que no dia 17 de dezembro sejam discutidas e colocadas em votação  
389 todas as emendas, inclusive a emenda citada anteriormente. Na sequência, José Maciel coloca em votação a aprovação da  
390 minuta **Deliberação CBHSF** que “Aprova Modelo Conceitual para Construção Participativa do Pacto pelas Águas na Bacia  
391 Hidrográfica do Rio São Francisco – BHRSF”. Sem nenhuma abstenção e nenhum voto contrário, a deliberação foi  
392 aprovada por unanimidade. Na sequência, José Maciel solicita que no dia 17 de dezembro os membros estejam alinhados  
393 para aprovação das emendas, e pede que os membros tenham um prazo de 5 dias para apresentar as contribuições e  
394 encaminhar à Agência Peixe Vivo. Em seguida, Rúbia Mansur passa para o último ponto de pauta da reunião referente à  
395 aprovação da **Deliberação CBHSF** que “Dispõe sobre o procedimento administrativo para a Resolução de Conflitos pelo  
396 Uso de Recursos Hídricos – PARH – no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco” e passa a palavra  
397 para Roberto Farias e José Maciel. Na sequência, José Maciel sugere que este ponto seja passado para uma próxima  
398 reunião, pois em conversa com Roberto Farias ele disse que já existe uma Deliberação Normativa que abrange esse tema e  
399 não é urgente. Após aprovação dos membros, o ponto de pauta foi passado para uma próxima reunião plenária devido o  
400 avançar da hora. Em seguida, o presidente Anivaldo Miranda agradece a presença de todos e declara encerrada a XXIII  
401 Plenária Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. *Ata aprovada na XL Reunião Plenária*  
402 *Ordinária realizada em 06 de maio de 2021 por meio de videoconferência.*

403

  
**Anivaldo de Miranda Pinto**  
Presidente do CBHSF

  
**Lessandro Gabriel da Costa**  
Secretário do CBHSF